
A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE E DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE IMPORTANCE OF AFFECTIVITY AND PLAY IN CHILD EDUCATION

Danúbia Carvalho Pereira Silva 17

Paloma Silva Rodrigues Ferraz 18

Gilson Xavier de Azevedo 19

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de ampliar o conhecimento sobre o importante papel da afetividade e do lúdico nas práticas pedagógicas, a fim de propiciar um caminho educacional prazeroso, tanto para o aluno, quanto para o professor, tendo em vista o desenvolvimento pleno do educando. A escola, por ser o primeiro contato social da criança, depois da família, precisa respeitar seus conhecimentos prévios, e olhar para cada aluno como um ser único e de direitos, compreendendo suas dificuldades e se empenhando para solucionar os problemas com afeto e ludicidade, respeitando a criança e seu universo, tendo em mente que está formando seres humanos capazes de conviver em sociedade, cidadãos críticos e ativos. A Educação Infantil de qualidade envolve fatores emocionais, afetivos e sociais, onde através da interação, das brincadeiras, da música, dos jogos, das experimentações, de um ambiente acolhedor, atrativo e voltado para a criança, o processo ensino aprendizagem se torna significativo e eficaz. Como resultado, espera-se que o professor compreenda que suas ações afetam as crianças, e despertam emoções, se as mesmas resultam em situações desagradáveis, a aprendizagem é comprometida. Porém, se as ações geram situações agradáveis, há uma resposta positiva, ou seja, há êxito no processo ensino-aprendizagem, além de desenvolver uma boa relação professor-aluno, bem como carinho e respeito mútuo, contribuindo para uma sociedade mais justa, pois o exercício da cidadania começa na escola.

Palavras-chave: Afetividade. Lúdico. Ensino Aprendizagem. Práticas Pedagógicas.

REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

ABSTRACT

This work aims to expand knowledge about the important role of affectivity and playfulness in pedagogical practices, in order to provide a pleasurable educational path, both for the student and the teacher, with a view to the full development of the student. The school, being the child's first social contact, after the family, needs to respect their previous knowledge, and look at each student as a unique and rights being, understanding their difficulties and striving to solve problems with affection and playfulness, respecting the child and his universe, keeping in mind that he is forming human beings capable of living in society, critical and active citizens. Quality early childhood education involves emotional, affective and social factors, where through interaction, play, music, games, experimentation, a welcoming, attractive and child-oriented environment, the teaching-learning process becomes significant and effective. As a result, the teacher is expected to understand that his actions affect children, and arouse emotions, if they result in unpleasant situations, learning is compromised. However, if actions generate pleasant situations, there is a positive response, that is, there is success in the teaching-learning process, in addition to developing a good teacher-student relationship, as well as affection and mutual respect, contributing to a more just society, since the exercise of citizenship begins at school.

Key-words: Affectivity. Ludic. Teaching Learning. Pedagogical practices.

¹⁷ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás 2020 (danubiacps29@gmail.com).

¹⁸ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás 2020 (<amolaptizzo@gmail.com).

¹⁹ (Orientador) Graduado em Filosofia pela FAEME (2007), Ph.D. em Educação pela PUC GO (2020) (gilson.azevedo@ueg.br).

INTRODUÇÃO

A infância é a época de maior desenvolvimento da criatividade humana, ao enxergar a criança como um ser ativo e organizar as práticas pedagógicas com abordagens lúdicas, valorizando o educando, seus conhecimentos prévios e potencialidades, o professor capacitado age como mediador no processo ensino aprendizagem, planejando situações desafiadoras, estabelecendo um diálogo entre o que a criança já sabe e as novas aprendizagens.

As crianças aprendem brincando, o lúdico favorece o desenvolvimento da criança e a construção do seu conhecimento de forma prazerosa, divertida e atrativa, cabe, portanto, ao educador proporcionar atividades lúdicas, como músicas, jogos, brincadeiras, teatros, histórias, passeios, aulas de campo, experiências que darão sentido ao aprendizado, além de estimular a afetividade, a empatia, a autonomia, criatividade e compreensão do mundo no qual a criança está inserida. É preciso abrir espaço para o diálogo, para a curiosidade, e para os questionamentos, pois em momentos de brincadeiras as crianças enfrentam novas experiências e desafios, pensam, tomam decisões, interagem, se movimentam, imaginam e assim constroem seu conhecimento. A afetividade na educação não é limitada aos beijos e abraços, o professor afetivo é aquele que se importa com seu aluno, que busca conhecê-lo e facilitar seu desenvolvimento integral.

Aprendizagens voltadas para realidade são mais significativas e eficazes. É importante uma variedade de métodos e materiais, a fim de se alcançar o sucesso do processo ensino aprendizagem. Na Base Nacional Curricular Comum, existem seis direitos de aprendizagem para as crianças na Educação Infantil, são eles: “Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se”, esses direitos são garantidos através do lúdico, efetivados por intermédio dos inúmeros recursos disponíveis para uma prática pedagógica eficiente, capaz de formar indivíduos críticos, ativos e pensantes, e não meros repetidores do senso comum.

A prática pedagógica precisa, portanto, estar alinhada aos documentos norteadores, aos aportes de estudiosos e pesquisadores que dedicaram sua vida a estudar o desenvolvimento humano. O estudo da criança e de seu universo são de extrema importância para os profissionais de educação, pois viabilizam a elaboração de práticas voltadas para o universo infantil. As teorias foram criadas pensando na criança e em seu desenvolvimento integral, visando uma Educação Infantil de qualidade, sendo assim, é impossível que o professor consiga êxito em suas práxis sem compreender a essência da aprendizagem e da criança, que é um ser biopsicossocial.

Este trabalho tem por objetivo, conhecer melhor a criança e como se dá seu desenvolvimento, demonstrando que através da inserção do lúdico e da afetividade nas práticas pedagógicas a trilha da aprendizagem se torna mais prazerosa, eficaz e significativa, tornando possível o desenvolvimento integral do educando. Através de estudos e de uma linguagem de fácil compreensão, o presente trabalho busca o entendimento do universo infantil, da importância do movimento, da brincadeira e de práticas educativas intencionais voltadas para a criança como meio de construção de conhecimento de forma

sadia e duradoura, pois o professor qualificado é capaz de explorar as potencialidades dos alunos despertando saberes que serão levados para a vida, pautando seu trabalho no respeito e preservando o direito de ser criança.

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referenciais teóricos já publicados e analisados, como artigos acadêmicos, livros, revistas e textos eletrônicos que tratam sobre o tema. Apresenta uma abordagem qualitativa fundamentada nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas previstos na Base Nacional Comum Curricular e nas concepções teóricas de Henri Wallon, Jean Piaget e Lev Vygotsky acerca da afetividade e do lúdico como ferramentas essenciais na prática pedagógica, principalmente na Educação Infantil, enfatizando a interação no desenvolvimento e na construção do conhecimento. Sendo de natureza básica, visa contribuir com os professores, pois favorece o entendimento dos diferentes comportamentos dos alunos de acordo com cada faixa etária, facilitando uma tomada de decisão e a adoção de uma postura adequada ao se deparar com as diferentes situações que surgem no ambiente escolar. A busca por materiais atuais possibilitou uma maior compreensão sobre o tema e o enriquecimento da pesquisa, por ser uma necessidade educacional atual.

Como efeitos práticos, busca-se compreender o que é a afetividade e o lúdico na perspectiva de Piaget, Vygotsky e Wallon; analisar como a afetividade e o lúdico podem influenciar nas práticas pedagógicas, e no processo de ensino aprendizagem; estabelecer relação entre a afetividade, o lúdico e desenvolvimento pleno e desenvolver o gosto pela ludicidade e afetividade.

O primeiro capítulo traz a questão da afetividade, sua importância na vida do ser humano e como os fatos que ocorrem na infância afetam a vida adulta, de forma positiva ou negativa, apresentando as concepções de Piaget, Vygotsky e Wallon acerca da afetividade e discorrendo sobre a afetividade na sala de aula e sua importância na prática pedagógica. No segundo capítulo há uma ressignificação da palavra lúdico, tratando de sua importância e indissociabilidade da Educação Infantil, sendo esse direito da criança, se faz parte integrante da prática pedagógica eficaz, trazendo as concepções teóricas e aplicabilidade na sala de aula. O terceiro capítulo faz uma abordagem sobre a inserção da afetividade e do lúdico na Educação infantil, deixando claro seu papel de promotor de inclusão, sempre que aliado à prática do professor, sempre pensando em oferecer possibilidades para que o educando se sinta acolhido, e parte integrante do meio social no qual está inserido; reforçado assim, o papel do professor afetivo, que sempre busca mediar a construção do conhecimento através do lúdico e da variedade de métodos, concluindo, assim, essa pesquisa, e reafirmando o valor da prática pedagógica pautada na afetividade e no lúdico, na educação como um todo, mas sobretudo na Educação Infantil, tornando o processo mais agradável e significativo.

1 A QUESTÃO DA AFETIVIDADE

A criança é um ser biopsicossocial, e como tal, precisa ter respeitados todos esses aspectos, a fim de que seu desenvolvimento e aprendizagem ocorram de forma eficaz e significativa; para isso, a criança precisa ser respeitada como a pessoa completa que é. Ao adentrar na Educação Infantil, a criança

passa por sua primeira separação emocional, pois ficará em um ambiente novo e sem a presença da família, com a qual estava habituada. Como a função da escola é contribuir para a formação do cidadão completo em todas as suas potencialidades, ela não pode exigir que a criança reprima o sentimento que surge ao ficar e ver sua família partir, pois ela agora está inserida em um mundo novo e desconhecido, é preciso resolver de forma dialógica e afetiva. A infância é um período da vida muito importante, pois o que acontece nesse período fica marcado por toda a vida, e aparecendo em forma de sintomas no corpo das pessoas. No artigo “A constituição do infantil na obra de Freud”, os autores Dione de Medeiros Lula Zavaroni, Terezinha de Camargo Viana e Luiz Augusto Monnerat Celes, os autores trazem os seguintes esclarecimentos:

Nesse momento, Freud menciona duas noções fundamentais: a inacessibilidade do material recalcado referente aos anos iniciais da vida e a idéia de que, na passagem entre os diversos períodos da vida, as cenas vividas nos períodos precedentes sofrem uma “tradução”. Em relação a esse último aspecto, Freud (1950[1892-1899]/1980) considera que o período referente aos primeiros anos de vida é intraduzível e que, por isso, o despertar de uma cena dessa fase leva à impossibilidade de tradução. Freud afirma que, mesmo inacessíveis, essas experiências possuem valor de determinação dos sintomas. Mais que isso, ele atribuiu à impossibilidade de tradução o desencadeamento dos sintomas. (ZAVARONI et al, 2007, p. 67).

Como o principal compromisso da educação é a formação da pessoa completa, cabe levar em consideração as emoções da criança, mediando a aprendizagem com afetividade, para que ela adquira autonomia e saiba lidar com seus sentimentos e emoções, criando vínculos e construindo as bases que levará para a vida. Por isso é imprescindível que o professor exerça seu papel de forma correta, demonstrando compromisso com o educando, sabendo que as experiências presentes irão refletir no futuro. Lilian Meire Leite Vieira Bonfim et al, em seu artigo “Importância da afetividade e sua influência na aprendizagem”, apontam que:

A afetividade torna-se a base de todo esse processo de formação. Neste sentido, precisamos saber se o educador tem trabalhado de forma pedagógica a construção de laços afetivos que auxiliarão no desenvolvimento desse processo. “Em muitas situações da vida, são os afetos que determinam nosso comportamento.” (BONFIM, et al, 2017, p. 02).

Sendo assim, a prática pedagógica intencional, voltada para o universo infantil e pautada na afetividade e na interação, é uma grande potencializadora da aprendizagem e do desenvolvimento. O professor que tem compromisso com a educação não mede esforços para que a criança, que é o centro do processo ensino-aprendizagem, se desenvolva de forma integral, em todos os seus aspectos: físico, psíquico, emocional e social:

As crianças já chegam à escola com laços afetivos vivenciados com seus familiares e amigos. Na escola esses mesmos laços devem ser recriados formando uma relação de companheirismo, afeto, alegria com o professor e os colegas. Sabemos que em muitos lares esses laços afetivos são restritos por diversas situações particulares de cada família. Nesses casos a criança já chega à escola com seu lado afetivo reprimido e cabe ao educador encontrar meios de auxiliar no desenvolvimento desta criança para que seja estimulada e preparada para viver no mundo moderno, com suas limitações e possibilidades. A função da escola é preparar os alunos para a vida em sociedade e isso diz respeito a sua formação como um todo, de maneira que esse aluno seja capaz de superar os problemas encontrados no cotidiano, ter autonomia, criatividade, tornando-se formador de opinião, bem como curioso em buscar cada vez mais o saber. A família também se torna fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, necessitando criar parcerias com a escola, participando ativamente do ambiente escolar. (BOCK, 2005, p. 190).

O mundo muda constantemente, a educação precisa acompanhar essas mudanças. A aceleração da vida moderna, em busca de maior poder aquisitivo e promoções, vida social intensa, entre outros, têm muitas vezes ocupado o lugar do afeto nas famílias, deixando, ainda maior a responsabilidade da escola, principalmente na educação infantil. A construção de laços afetivos tem grande valor na construção da pessoa completa. Sobre isso Lilian Meire Leite Vieira Bonfim, traz que:

A afetividade entre os seres humanos é de fundamental importância para elevar a autoestima. Com as crianças isto acontece com maior intensidade, podendo levá-las a construir seus conhecimentos de uma forma prazerosa ou na sua falta a bloquear sua criatividade levando-as a se considerarem seres incapazes de construir e aprender.[...] Quando se fala em afetividade não quer dizer “passar a mão na cabeça”, nem dar respostas prontas, a afetividade tem que ser usada para encorajar, descobrir, reinventar podendo assim fazer com que a criança crie sua própria visão de mundo, e para que isso seja possível deve-se impor limites. (BONFIM, et al, 2017, p. 05).

Nota-se que a afetividade influencia no desenvolvimento do ser humano e em sua vida de maneira geral, e especificamente na educação, colabora com o desempenho escolar e com a aprendizagem, por isso aprender a lidar com as emoções proporciona qualidade de vida, pois os problemas emocionais não resolvidos refletem na vida e no corpo. É, portanto, fundamental que o professor trabalhe o desenvolvimento do afeto para gerar um convívio social prazeroso, alavancar a aprendizagem e contribuir com a formação de pessoas capazes de se expressar, de superar obstáculos, respeitar o outro e a si mesmo, além de gerar no educando o desejo de aprender, contribuindo para o sucesso escolar, que refletirá em todo percurso educacional e existência pessoal e social.

1.1 A Afetividade segundo Piaget, Vygotsky e Wallon

Piaget, Vygotsky e Wallon são importantes teóricos que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento humano e da psicologia. O que os três estudiosos têm em comum é a concordância de que o ser humano é um ser biológico e social, que se desenvolve a partir das interações com o mundo, como outro e com os objetos de estudo. A importância em conhecer as teorias genéticas desses

estudiosos vem ganhando cada vez mais espaço no âmbito educacional, uma vez que permite conhecer a criança e dar a ela seu devido valor, reconhecendo-a como uma pessoa completa. Ao assimilar tal conhecimento, e compreender as etapas do desenvolvimento, é possível mediar a educação e colaborar com a construção do conhecimento de forma autônoma, significativa e eficaz. O livro “Piaget, Vigotski, Wallon Teorias Psicogenéticas em Discussão”, dos autores Yves de la Taille, Marta Kohl de Oliveira e Heloysa Dantas, traz uma análise dos estudos desses três renomados estudiosos em uma linguagem de boa compreensão.

Ao falar do suíço Jean Piaget (1896-1980), Yves de la Taille aponta que Piaget não se aprofundou muito na interação social, mas que acreditava sim em sua relevância, pois para ele, em cada fase o homem é social de uma maneira distinta, e as trocas variam ao longo da vida, à medida que os indivíduos avançam nos estágios de desenvolvimento social, sendo assim, as trocas intelectuais equilibradas têm como ponto de partida o diálogo, sendo necessário para tal, a aquisição da linguagem. Há uma distância entre o pensamento egocêntrico e a personalidade, que se constrói no desenvolvimento:

Acabamos de ver como Piaget definiu diversos graus de socialização, do “grau zero” (recém nascido) para o grau máximo representado pelo conceito de personalidade. Vimos que tal evolução passa por diferenças de qualidade e trocas intelectuais, podendo o indivíduo mais evoluído usufruir plenamente tanto da sua autonomia quanto dos aportes dos outros. Assim, longe de significar isolamento e impermeabilidade às ideias presentes na cultura, autonomia significa ser capaz de se situar consciente e competentemente na rede dos diversos pontos de vista e conflitos presentes numa sociedade. Vimos por fim, que as diversas etapas que definem qualidades diferenciadas do “ser social” acompanham as etapas do desenvolvimento cognitivo. (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 25).

Para Piaget o amadurecimento passa por etapas, ou estágios de desenvolvimento e se dá pela interação social, por meio da coação e da cooperação, onde a coação ocorre de forma autoritária e apenas uma das partes fala e outro sem questionar aceita e memoriza, modo esse que provoca atraso no desenvolvimento e remete aos métodos tradicionais de ensino; e a cooperação que consiste “na troca de pontos de vista, controle mútuo dos argumentos e das provas”, na cooperação ocorre alto nível de socialização e promoção de desenvolvimento (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 29), deixando claro, que para Piaget, as interações pautadas na afetividade tendem a contribuir grandemente com o processo ensino-aprendizagem, uma vez que por meio da cooperação o desenvolvimento acontece baseado no respeito mútuo e na troca de saberes e experiências, e reciprocidade.

O bielo-russo Lev S. Vygotsky (1896-1934) era formado em Direito e Literatura e posteriormente se tornou e se interessou grandemente em estudar o cérebro humano, Marta Kohl de Oliveira, ao falar do estudioso, busca discutir sobre suas concepções acerca dos fatores biológicos e sociais do desenvolvimento psicológico, reafirmando que o ser humano é uma espécie biológica que se

desenvolve e se constitui na sua relação com o grupo cultural. Há também a questão do funcionamento cerebral e suas funções que variam à medida que se dá o desenvolvimento. Segundo a autora:

As concepções de Vigotski sobre o funcionamento do cérebro humano fundamentam-se em sua ideia de que as funções superiores são construídas ao longo da história social do homem. Na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, o ser humano cria as formas de ação que o distingue dos outros animais. Sendo assim, a compreensão do desenvolvimento psicológico não pode ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso. Vigotski rejeitou, portanto, a ideia de funções mentais fixas e imutáveis, trabalhando com a noção do cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e cujos modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual. (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 35).

Vygotsky preocupou-se com as funções mentais e consciência, que se desenvolvem a partir de influências mútuas, enxergando o ser humano em sua totalidade, sendo, para ele impossível separar a inteligência e a afetividade, deixando claro a importância da socialização, das emoções, da vontade, da imaginação e da criatividade para o desenvolvimento intelectual, pautado nas relações interpessoais e mediações intencionais significativas.

Henri Wallon (1879-1962) foi um francês que viveu em Paris, médico e filósofo, que inseriu a psicologia em seus estudos, cujas pesquisas investigavam as funções psíquicas. Partindo de observações ao ser humano, iniciando com crianças doentes, passando por adultos feridos na guerra e pela velhice. Sua psicogenética foi descrita por Heloisa Dantas no livro “Piaget, Vigotski, Wallon Teorias Psicogenéticas em Discussão”, onde ela discorre sobre a importância do trabalho de Wallon denominado L'enfant turbulent, resultado da observação de crianças e alguns testes aplicados a elas no ambiente hospitalar. Sua psicogenética faz referência a dicotomia natural e cultural que forma o homem. Seus estudos sobre a motricidade, também foram citados, revelando a preocupação de Wallon com a patologia do movimento e sua ligação com o funcionamento da personalidade, onde o ato motor diminui, à medida que o ato mental amadurece, ocorrendo a diminuição dos “movimentos impulsivos, globais e descoordenados”, e evoluindo para o movimento expressivo-emocional:

A predominância dos gestos instrumentais, práticos, no cenário do comportamento infantil começa a se estabelecer no segundo semestre e se impõe verdadeiramente apenas no final do primeiro ano, quando o amadurecimento cortical torna aptos os sistemas necessários à exploração direta sensório-motora da realidade: a marcha, a preensão, a capacidade de investigação ocular sistemática, em especial. Wallon faz lembrar como é lento o amadurecimento dessas competências: no início do primeiro ano, o ser está à mercê das suas sensações internas, viscerais e posturais. A exploração da realidade exterior só será possível quando o olho e a mão adquirirem a capacidade de pegar e olhar praxicamente. (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 60s).

A autora abrange também nesse capítulo a influência ambiental nesse amadurecimento, onde ocorrem a imitação diferida e a imitação simbólica que colaboram com a passagem do ato motor para o

ato mental. O desenvolvimento da inteligência passa por fases que se dão de forma sucessiva e sincrética, dialógica e por meio de um constante movimento, onde tudo está ligado, possibilitando novos saberes, construídos na interação, levando em conta todos os aspectos que formam a pessoa.

Wallon trata a afetividade como uma parte importante no desenvolvimento, indissociável da inteligência, por isso, o percurso educacional precisa ser prazeroso para ser eficaz, com ações planejadas que afetarão positivamente a vida dos educandos:

A afetividade, nessa perspectiva, não é apenas uma das dimensões da pessoa: ela é também uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica. O ser humano foi, logo que saiu da vida puramente orgânica, um ser afetivo. Da afetividade diferenciou-se, lentamente, a vida racional. Portanto, no início da vida, afetividade e inteligência são sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira. A sua diferenciação logo se inicia, mas a reciprocidade entre os dois desenvolvimentos se mantém de tal forma que as aquisições de cada uma repercutem sobre a outra permanentemente. (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 139).

A questão da afetividade na visão de Piaget, Vygotsky e Wallon, vem ampliar o desejo de contribuir com a formação da pessoa que tem autonomia e é completa em todas as áreas que a compõe, sendo crucial em todo percurso educacional, a afetividade deve ser parte integrante da Educação Infantil.

1.2 A Afetividade em Sala de Aula

Ao pensar sobre a aplicabilidade da afetividade em sala de aula, é normal se pensar em abraços, beijinhos e carinhos, mas na concepção construtivista do desenvolvimento humano, afetividade vai muito além disso, o termo está relacionado à maneira que as situações cotidianas, quer sejam internas ou externas, impactam a vida das pessoas, positiva ou negativamente.

As relações afetivas no âmbito escolar são muito importantes, uma vez que o modo como o professor age diante das diversas situações de aprendizagem, tem grande impacto na vida escolar do educando, podendo causar repulsa ou gosto pela escola, pelo professor e pelos conteúdos.

Leite (2012) em seu artigo “Afetividade nas práticas pedagógicas” (2012), fez relevante estudos sobre o tema, explicando “as relações que se estabelecem entre o sujeito, o objeto de conhecimento e o agente mediador”, contribuindo com esse estudo. Fazendo um apanhado histórico sobre a dicotomia razão e emoção que constitui o homem, buscando esclarecer por que o tema afetividade, embora tenha reconhecida importância na prática pedagógica, foi deixado de lado nas salas de aula durante longo tempo, quando a razão passou a sobrepor a emoção. A retomada da afetividade da valorização da dualidade razão/emoção do homem ocorreu apenas nas últimas décadas do século XX, havendo a necessidade da elaboração do trabalho realizado pelo grupo do afeto, cuja metodologia foi a observação e entrevista, buscando “estudar as mediações pedagógicas planejadas e desenvolvidas pelos professores na sala de aula”, buscando romper com o tradicionalismo, que infelizmente ainda persiste em muitas salas de aula.

Ainda em sua obra, Leite (2012) se utiliza dos pressupostos de Wallon e Vygostky, onde:

Comparando-se as posições de Wallon e Vygotsky sobre a afetividade, percebe-se que os autores apresentam pontos comuns com relação aos aspectos essenciais do fenômeno em pauta: a) ambos assumem uma concepção desenvolvimentista sobre as manifestações emocionais: inicialmente orgânicas, vão ganhando complexidade na medida em que o indivíduo desenvolve-se na cultura, passando a atuar no universo simbólico, ampliando-se e complexificando-se suas formas de manifestação; b) assumem, pois, o caráter social da afetividade; c) assumem que a relação entre a afetividade e inteligência é fundante para o processo do desenvolvimento humano (LEITE, 2012, p. 361).

O que reafirma o valor da mediação planejada e organizada que tem como centro o educando, e das práticas intencionais com uma boa escolha de métodos e procedimentos, além de uma avaliação diagnóstica, com o intuito de melhorar o processo ensino-aprendizagem e de colaborar com o desenvolvimento integral das crianças, respeitando todos os aspectos que formam o ser humano, construindo relações afetivas positivas, que levam a produção de conhecimento, e ao sucesso escolar.

Nesse aspecto, a afetividade vem também na forma de regras, pois ao estabelecê-las e deixá-las claras, se torna viável seu cumprimento, facilitando a compreensão do aluno, que passa a ver as regras com seriedade, dando a elas a devida atenção, fato que irá possibilitar uma vida social satisfatória, dando a certeza de pertencimento, de autocontrole, por meio de um convívio pautado no respeito ao outro e ao ambiente no qual está inserido. Trabalhar com afetividade significa se importar de verdade com a formação do educando e com seu desenvolvimento em todas as áreas que o compõem, por meio da escuta, da investigação, do entendimento, acolhimento e resolução dos problemas que surgirem, compreendendo que cada criança tem seu tempo, e que nem todos vão aprender com a mesma facilidade.

É preciso respeitar as diferenças e confiar no potencial dos alunos, sabendo que o exemplo também ensina, às vezes, até mais que um belo discurso, é preciso ter a clareza de que tudo o que acontece na sala de aula afeta o aluno e o professor, esse ponto de vista pode ser encontrado no artigo Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon, de Abigail Alvarenga Mahoney e Laurinda Ramalho de Almeida, onde as autoras afirmam que o desenvolvimento é “um processo aberto e permanente” (2005, p. 12) na vida humana, por isso tanto o aluno quanto o professor estão em constante aprendizado e desenvolvimento, afirmando também que Psicologia e Pedagogia possuem uma “relação fecunda” na educação, a fim de alcançar o ponto norteador do projeto Langevin – Wallon sobre a reforma do sistema de ensino francês, que é “construir uma educação mais justa para uma sociedade mais justa”, de acordo com as autoras o projeto se apoiava em quatro propostas:

Justiça - Qualquer criança, qualquer jovem, independentemente de suas origens familiares, sociais, étnicas, tem igual direito ao desenvolvimento completo: a única limitação que pode ter é a de suas próprias aptidões. - *Dignidade igualdade de todas as ocupações* - Todas as ocupações, todas as profissões se revestem de igual dignidade, ou seja, o trabalho manual e a inteligência prática não podem ser subestimados. A educação não deverá fomentar o predomínio da atividade manual ou intelectual em função das razões de origem de classes ou étnicas. - *Orientação* - O desenvolvimento das aptidões individuais exige primeiro orientação escolar, depois orientação profissional. - *Cultura geral* - Não pode haver especialização profissional sem cultura geral. Em um estado democrático, no qual todo trabalhador deve ser um cidadão, é indispensável que a especialização não seja um obstáculo para a compreensão dos problemas mais amplos; só uma sólida cultura geral libera o homem dos estreitos limites da técnica; a cultura geral aproxima os homens, enquanto a cultura os afasta. (MAHONEY; ALMEIDA, 2005, p. 14).

De acordo com Mahoney e Almeida (2005), as teorias do desenvolvimento são excelentes suportes educacionais, pois permitem saber como se constitui a pessoa, e assim elaborar meios que tornarão o processo ensino-aprendizagem mais eficaz e produtivo, por meio de atividades pensadas e intencionais para a situação específica a ser trabalhada, pensando sempre no educando e em seu desenvolvimento, pois ao conhecer essas teorias se torna muito mais fácil organizar a rotina, e enriquecer a prática, e trabalhar com maior autonomia e segurança, sabendo que a criança se desenvolve por meio das interações, respeitando todos seus componentes cognitivos, afetivos e motores.

Sendo a afetividade fator importante para a compreensão acerca do desenvolvimento infantil, é relevante que os profissionais da educação tenham conhecimento sobre o tema, não apenas sabendo, mas atrelando teoria e prática, a fim de que haja sucesso no processo ensino aprendizagem e na formação da pessoa completa, tendo claro que a criança é o centro do processo ensino aprendizagem e que toda prática pedagógica precisa ser planejada pensando na criança, no seu desenvolvimento e no seu universo. Trabalhar com afetividade na Educação Infantil é levar em consideração os aspectos afetivos, motores, e cognitivos infantis, assegurando o pleno desenvolvimento de todos, compreendendo que cada criança é única e tem sua forma e seu tempo de aprender. Na Educação Infantil, a criança se desenvolve ao interagir com o mundo físico e social, não cabe, portanto neste momento, os métodos tradicionais de ensino que prioriza os conteúdos, nem a padronização das ações; muito menos as comparações que excluem e rotulam. A infância é lugar de descobertas, de brincadeiras, de alegria, de movimentos, por isso o professor afetivo busca sempre inovar em sua prática, fazendo as intervenções necessárias durante todo percurso educacional, para que as crianças construam seu conhecimento de forma prazerosa, lúdica, eficaz e progressiva.

2 A QUESTÃO DA LUDICIDADE

Os métodos tradicionais de ensino que compuseram a educação ao longo dos anos, foram e são de uma notável importância, pois nos permitem reformular, repensar e agir criticamente diante dos

novos fatos, nos dando direção a quais caminhos percorrer, nos ajudando a compreender e entender os episódios do processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, não se pode imaginar a educação dos séculos passados como possibilidade nos dias de hoje, o mundo tecnológico atual, transformou de maneira geral a forma em que o profissional da educação deve agir e atuar, não temos mais a mesma geração, as crianças já nascem conectadas, tem tudo a um toque e num piscar de olhos, dá-se então a necessidade de novas metodologias de ensino que consigam acompanhar toda essa evolução, transformando profundamente a educação, onde o lúdico se faz necessariamente como uma ferramenta prazerosa e cativante no ensino.

A palavra Lúdico, bastante utilizada na educação infantil, foi ressignificada por diversos autores, é relativa a jogo ou brinquedo, e remete ao brincar, por tal motivo, por muitos episódios na construção do ensino, o lúdico muitas vezes foi mal visto por representar uma falta da seriedade que se esperava no ensino autoritário da época, esse que veio desconstruindo paradigmas e reconstruindo de acordo com os novos desafios educacionais e contribuindo de forma significativa com a educação atual. Apesar de a palavra lúdico ser alusiva a brincadeira, vê-se que ao brincar a criança se compromete as regras dos jogos, encara com autenticidade os diversos personagens que dão vida às mais variadas histórias imaginadas, as crianças criam um cenário onde naquele instante acreditam verdadeiramente nos contos de fadas e no que imaginam, é nesse momento de entrega onde podemos observar a personalidade e as diversas habilidades de cada criança, assim também as dificuldades que podem ser manifestas.

O lúdico está veemente ligado ao universo infantil e se atrela ao desenvolvimento como ser civilizado, pois por meio do ser imaginário pode-se ser quem quiser, uma vez se colocando no lugar do outro, se sentindo como o outro, inicia-se uma relação, acontece uma comunicação que se dá por meio do brincar, do pensar e principalmente da imaginação. Sobre isso Oliveira, traz em seu livro “(Im) Pertinências da Educação”, que:

É convencionalmente socialmente que o lúdico – isto é, as brincadeiras e os jogos – são atividades que servem ao espírito infantil. Em outras palavras, a convenção social que segue a modernidade reconhece no lúdico um comportamento próprio da criança, peculiar à sua natureza (instintiva), às suas necessidades e seus interesses. (OLIVEIRA, 2009, p. 46).

Essa contemplação do faz de conta, onde o lúdico se faz protagonista no palco da imaginação infantil, vem acompanhando o desenvolvimento da educação desde o período onde a infância foi considerada como tal, nessa mesma época o lúdico então, era inserido na educação infantil, presente nos jogos e no agir próprio da criança. Assim fica inevitável pensar em educação infantil, sem imaginar o lúdico como elemento de grande relevância e notoriedade para uma educação que se contemple o desenvolvimento pleno e em todas as potencialidades.

Nem sempre pôde-se contemplar o lúdico na educação infantil, visto que no passado a infância era inexistente, a criança era vista como um adulto, agia e se vestia como pessoa adulta e ao contrário de hoje, no lugar da brincadeira eram obrigados a trabalhar. Somente a partir do século XVI as percepções em relação ao ser criança foram mudando, a infância passava a ser notada para acompanhar o desenvolvimento e os desafios europeus. Nesse mesmo período as brincadeiras, jogos e o lúdico em si era considerado como características presentes nas crianças. Apesar de o conceito de infância ter

evoluído, o lúdico possuía restrições como ferramenta educacional, e só ia até os três, quatro anos de idade, onde criam que essas já seriam maduras o suficiente para seguir como adultos.

Segundo o artigo Jogos e brincadeiras na escola da Educação Infantil: As Visões De Piaget, Vygotsky E Wallon, de Patrícia Amorim Morais (2016), muitos foram os estudiosos que buscaram a abordagem sobre o lúdico, e cita Froebel (1782-1852), este quem criou o jardim da infância, acreditando que nos primeiros anos de vida da criança é que se tem êxito ou fracasso no desenvolvimento, esse que defendia ainda uma educação livre para as crianças, sem pressão e ou obrigações. Assim Morais, traz em seu artigo a seguinte definição de Ferrari:

As técnicas utilizadas até hoje em Educação Infantil devem muito a Froebel para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho rumo à aprendizagem. Não são apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. Com base na observação das atividades dos pequenos com jogos e brinquedos, Froebel foi um dos primeiros pedagogos a falar em auto-educação, um conceito que só se difundiria no início do século 20, graças ao movimento da Escola Nova. (MORAIS, 2016, p. 8).

No período em que se compreendeu o jardim da infância, para que as crianças alcançassem independência fazia necessário um envolvimento maior do professor, esse que precisava interagir nas brincadeiras, o que ajudou a consolidar o lúdico na infância. Apesar de toda essa evolução na educação infantil ter acontecido vagarosamente, os muitos estudiosos e professores foram criando conhecimentos acerca das crianças, conhecimentos esses que lhes permitiram identificar que as crianças necessitavam de cuidados, que até antes não lhe eram ofertados, abrindo uma janela de possibilidades, onde o brincar se fazia finalmente presente no desenvolvimento infantil.

Maria Montessori (1870-1952), foi uma grande e importante estudiosa, que conseguiu por meio de seus estudos, compreender melhor a Educação Infantil, contribuindo para um desenvolvimento pleno, que deixa marcas até os dias de hoje. Com suas muitas criações, destaca-se as adaptações de mobiliários para crianças, onde se podem encontrá-los atualmente e que conseguiram transformar conceitos, principalmente de sala de aula. Todos os estudiosos que buscaram considerar a criança como ser infantil, com direitos e necessidades características a sua idade, foram de suma importância, uma vez que garantiram a concretização do progresso que temos atualmente na educação infantil, todos esses estudos favorecem para a continuação e resolução dos diversos desafios que existem no processo de ensino aprendizagem na educação infantil.

Assim graças a essas concepções, no Brasil as crianças contam com seus direitos amparados por lei, como diz Inciso IV do Artigo 16 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, onde traz que a criança tem “direito à liberdade, compreendendo os seguintes aspectos: IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;”, e estão amparadas também pelo RCNEI e pelos Parâmetros de Qualidade para Educação Infantil.

Sabe-se que os primeiros anos da educação são primordiais e irão refletir futuramente na educação, servindo de base para as próximas etapas que a criança deverá enfrentar. Nesses primeiros anos, a criança aprende a desenvolver a afetividade, é submetida a novas situações que irão nortear e fazer total diferença em sua vida escolar, nesse primeiro contato o professor tem papel fundamental para

que seja oferecido um ensino pautado no respeito e empatia, onde os direitos da criança são colocados em prática, dá-se aí a importância de um ensino bem planejado, que considere a criatividade por meio de atividades lúdicas.

Diante de tais orientações, têm-se uma confirmação de que um ensino que envolva atividades lúdicas, consegue falar a língua das crianças, facilitando a relação entre aluno e professor, bem como aluno e aluno. Um ensino que traz bem-estar, proporciona um envolvimento natural da criança, desenvolvendo a espontaneidade, onde muitas vezes o aluno perde o medo, a timidez e se vê motivado a participar e se expressar em momentos de interação fora e dentro de sala de aula. Assim brincar leva para a educação infantil momentos de satisfação para ambas as partes, onde aluno e professor participam juntos do crescimento e desenvolvimento, seja o professor como profissional ou o aluno como autor principal de seu crescimento.

2.1 O Lúdico como Direito da Criança Pequena na Educação Infantil

Na educação o termo lúdico em geral é relacionado às atividades potencializadoras da imaginação, que são promotoras de desenvolvimento de habilidades, de forma prazerosa e descontraída. Em qualquer etapa da educação, o lúdico pode funcionar como uma ferramenta potencializadora, que permite ao indivíduo se socializar, criar laços afetivos, pensar e criar, o que o prepara para todas as etapas futuras, então torna-se completamente necessário que os profissionais da educação procurem discutir e ir de encontro a soluções acerca de possíveis entraves que possam existir em relação ao ensino lúdico.

Com a crescente urbanização, houve a necessidade de se lutar pela educação infantil para crianças de zero a seis anos, onde acontecia a valorização e conscientização da educação infantil, com tudo isso, entra em pauta a discussão acerca dos direitos da educação de qualidade da criança, pensando de forma pedagógica e no devido valor a primeira infância, comungando legalmente na Constituição Federal de 1988, dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 passou a assegurar o direito da criança à Educação Infantil apontando no artigo 208, inciso IV, “[...] que é dever do Estado garantir o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988). O reconhecimento da educação de crianças pequenas, garantindo direitos e deveres por parte do Estado, como diz Maria Lúcia Oliveira em sua obra:

Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 passou a assegurar o direito da criança à Educação Infantil apontando no artigo 208, inciso IV, “[...] que é dever do Estado garantir o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988).

Assim fica definido legalmente o direito à educação de crianças da faixa etária de zero a seis anos, porém há a necessidade de se discutir sobre questões pedagógicas que se encaixem na educação infantil, de como ofertar essa educação, dos investimentos e formação profissional e de toda estrutura necessária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.9.394, promulgada em dezembro de 1996, confirma e legitima as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre a educação infantil. No artigo 4, a LDB reafirma a responsabilidade do Estado em garantir como educação escolar pública o atendimento gratuito às crianças de zero a seis anos nas creches e pré-escolas. A educação infantil é tratada como nível da educação escolarizada e inserida como etapa da educação básica (artigo 21). Aponta que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (artigo 29). (OLIVEIRA, 2009, p. 48).

Nesse cenário da educação brasileira, surge o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento criado em 1998, com finalidade de orientar e contribuir com as práticas educativas a serem ofertadas na educação brasileira infantil. Oliveira, traz que

Segundo o RCNEI (Brasil, 1998a, p.13), um dos princípios que devem sustentar a qualidade das experiências oferecidas às crianças, considerando-se suas especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas, “[...] é o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação social”. (OLIVEIRA, 2009, p. 49).

Assim diante dos termos citados, o lúdico é enaltecido de maneira intrínseca, contribui como orientador para a educação infantil, está presente de forma espontânea e natural no ser criança. No documento RCNEI nos traz a seguinte fala sobre a criança:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhes são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (Brasil, 1998, p. 21-22)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, traz em seu corpo a importância da interação de um indivíduo com o outro para o desenvolvimento na infância, implicando uma atenção e dedicação especial a essa fase. Assim, mais uma vez o lúdico é representado como destaque e remete a comunicação, a vínculo e representa os meios em que a criança utiliza para tal, favorecendo o reconhecimento de si e do outro, e de tudo que está ao redor, claramente falando, por meio do brincar a criança explora as suas curiosidades sobre o mundo, baseado em suas construções de memórias, de imaginações e com toda a ludicidade que a criança transpira ao brincar. De acordo com essa notória consideração ao lúdico Maria Lúcia Oliveira nos traz em seu livro que:

O RCNEI recomenda a inserção do lúdico como atividade permanente na educação infantil, uma vez que, ao propiciar a brincadeira, “[...] cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos [...]” (Brasil, 1998a, p.28). Espera-se que esse conjunto de atividades possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal e para o acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, aponta o RCNEI. (OLIVEIRA, 2009, p. 51).

Diante do documento RCNEI, pode-se perceber e reafirmar o quanto o lúdico tem a contribuir não somente na educação infantil, como em todos os estágios do desenvolvimento humano, uma vez que se faz presente em nossas vidas nos ajudando desde a infância no desenvolvimento completo como seres sociais e civilizados.

O lúdico, portanto, frisando a educação infantil, é um instrumento facilitador para os professores, e vem auxiliando no desenvolvimento por meio das diversas possibilidades que ele oferece. O lúdico como ferramenta pedagógica traz para a sala de aula, um ensino prazeroso e apesar de funcionar na teoria como um norte para o desenvolvimento, muitos profissionais ainda se prendem em uma educação racionalista, colocando as atividades lúdicas como mera recreação, momento de lazer, que não está atrelada a construção de conhecimentos e aprendizagem. Faz-se de insigne importância que as atividades lúdicas sejam oferecidas de forma despreocupada e espontânea, de modo que as crianças entendam que poderá haver regras, mas poderão ser livres ao se expressarem, sem tantas restrições por parte dos mediadores, mas que valorize também a essência do brincar e de ser criança, em um ambiente convidativo e que contemple a arte do lúdico.

Ensinar ludicamente vai muito à frente de apenas deixar que as crianças brinquem entre elas, é preciso que o professor esteja preparado para deixar sair sua criança interior, não de forma desorganizada, mas de maneira que o aluno seja seduzido a participar, a brincar junto, é preciso despertar a curiosidade das crianças o desejo de descobrir, de fantasiar, é preciso que o professor abrace o momento, que seja criativo e que desperte criatividade, são características convidativas, que farão a diferença na construção do desenvolvimento e na formação humana dessas crianças.

2.2 A Importância do Lúdico Segundo Piaget, Vygotsky e Wallon

O lúdico, como já abordado anteriormente, dá a criança a liberdade de ser quem imaginar ser, e a coloca como construtor do seu desenvolvimento, lhes permitindo abrir novos caminhos, novas portas e realidades diferentes ao se relacionar com o outro, usando a imaginação faz o brincar de grande importância para seu desenvolvimento. Tal importância não teria tamanho destaque se não contasse com renomados autores, esses que se dedicaram a estudar a relação do lúdico com o desenvolvimento da criança, nos dando entendimento e norteando caminhos diante dos impasses que venham a surgir na educação.

Aqui serão citados três autores que em sua carreira profissional tiveram papel fundamental na psicologia do desenvolvimento, são eles, Jean Piaget (Suíça, 1896-1980), Lev Vygotsky (Rússia, 1896-1934) e Henri Wallon (1879-1962). Por meio dos estudos desses autores, pode-se ter a percepção da contribuição no que está relacionado ao lúdico.

Os termos usados por cada um dos três autores sobre as práticas relacionadas ao lúdico, se diferem um dos outros, por esta questão o início aqui será com as seguintes definições de cada autor, Piaget (1976) se refere ao lúdico com a palavra jogo e Vygotsky (1994) fazia uso do termo brinquedo ao se referir a ações que se remetiam ao brincar. Já Wallon nos diz que toda e qualquer ação da criança é lúdica, utilizando assim o termo de brincadeira livre.

É praticamente impossível que não se tenha ouvido por diversas vezes o nome de Jean Piaget, esse que dedicou-se por anos a compreender a mente humana e todas as suas possíveis transformações ao longo dos anos. Em 1918, Piaget dá início a uma grande obra, onde buscou tais compreensões já mencionadas, e perdurou até o ano de 1980, foram sessenta e dois anos de sua vida consagrados a esta importante e longa obra que tanto contribui nos dias de hoje. Piaget ganha ênfase na década de 70 onde se concentra a entender os processos que a inteligência humana passa e todas as suas mudanças, suas incógnitas e transformações.

Piaget baseou seus estudos por meio da observação de seus próprios filhos, é o que Morais (2016) traz em seu artigo científico *Jogos E Brincadeiras Na Escola Da Educação Infantil: As Visões De Piaget, Vygotsky E Wallon*, onde:

Para compreender questões relacionadas ao desenvolvimento, ele observou seus próprios filhos e acabou constatando que o exercício lúdico difere-se em cada uma das etapas de desenvolvimento que também foram elaboradas a partir de sua pesquisa: I-sensório motora (jogos de assimilação); II-atividade representativa egocêntrica (jogos simbólicos) e; III atividade operatória (jogos de construção). Para cada etapa, as fronteiras não são bem nítidas e a criança constrói formas de representar a realidade e não se confundir com ela, buscando um equilíbrio (MAFRA, 2008, apud MORAIS, 2016, p. 10).

Piaget demonstra que a cada etapa a criança tem atitudes diferentes relacionadas ao lúdico, ao jogo, onde participa ativamente na construção do seu desenvolvimento. Piaget nos traz também sobre o que chamou de “símbolo lúdico”, onde percebe o jogo como componente na adequação natural e social das crianças, observando o comportamento das crianças, assim o artigo de Morais (2016), traz o seguinte conceito de Piaget (1975, p. 97):

Quando a criança se diverte em fazer perguntas pelo prazer de perguntar ou em inventar uma narrativa que ela sabe ser falsa pelo prazer de contar, a pergunta ou a imaginação constituem os conteúdos do jogo, pode-se dizer então que a interrogação ou imaginação são exercidas pelo jogo. Quando pelo contrário a criança metamorfoseia um objeto num outro ou atribui a sua boneca ações análogas as suas – exemplo da menina com uma irmã recém nascida que brinca com duas bonecas e diz que uma deve viajar para bem longe – a imaginação simbólica constitui o instrumento ou forma do jogo e não mais o seu conteúdo; este é, então, o conjunto dos seres ou eventos representados pelo símbolo; por outras palavras, é o objeto das próprias atividades da criança e, em particular, da sua vida afetiva, as quais são evocadas e pensadas graças ao símbolo. (MORAIS, 2016, p. 11).

Seguindo para outros pensamentos piagetianos, destacamos aqui onde Piaget (1976) classifica os jogos em jogo de exercício; jogo simbólico/dramático; jogo de construção e; jogo de regras, relacionando-os a cada etapa do desenvolvimento infantil.

Na fase pré-operatória temos a percepção dos jogos simbólicos, onde as crianças utilizam além da imaginação a imitação, tornam-se personagens simbólicos, como por exemplo personagens de contos de fadas e podem muito bem usar a criatividade substituindo um objeto pelo brinquedo imaginado, como quando a criança brinca com um cabo de vassoura imaginando ser seu cavalo, e assim por diante. Logo após em outro período a frente, surge o chamado jogo de regras, esse em que compreende o período operatório concreto, onde a criança tem noção das regras e que precisa respeitá-las, notando uma evolução da criança como ser social, assim Piaget nos mostra o quanto os jogos fazem diferença no desenvolvimento infantil. Lá no início Piaget nos traz o jogo de exercício, compreendendo o período sensório-motor, a criança sente prazer em executar a mesma ação repetidamente, observando seus efeitos ao repeti-los, como exemplo citamos o bebê que ao jogar o brinquedo ao chão, demonstra curiosidade ao vê-lo cair e se diverte ao jogá-lo novamente, ainda que seja por diversas e diversas vezes o mesmo ato.

O conceito de jogos de regras, posteriormente são resumidos a explicações obtidas pelas crianças, por meio de suas observações e análises, assim por meio de tais respostas, os jogos de regras são classificados em estágios que são: motor, egocêntrico, cooperação e codificação de regras, estágios que representam papéis de grande mérito no desenvolvimento infantil.

O **Estágio Sensório-Motor**, compreende a etapa de zero a dois anos da criança (fase sensório-motor), nessa etapa a criança não entende sobre as regras, o interesse da criança se baseia na manipulação motora, não há interação social nessa etapa. A próxima etapa é chamada de **Egocêntrica**, fase que compreende a idade de dois a sete anos (fase pré-operatório), nessa fase a criança entende as regras, e é por meio do jogo que se socializa com o outro, porém algumas crianças preferem jogar só sem o objetivo de vencer, mesmo em dupla jogam utilizando as regras para si próprio, de maneira individual. Quando a criança alcança níveis de cooperação, entende as regras e as usam com o objetivo de vencer os jogos, está inclusa no nível da cooperação, que compreende a idade se sete a onze anos (fase operatório concreto). Logo aos onze doze anos em diante (fase operatório formal), o entendimento da criança passa

de fase, e assim além da compreensão das regras, entende que essas são importantes e que podem ser mudadas, porém jamais desprezá-las.

Sem dúvidas Piaget nos traz em suas teorias, a real importância do lúdico não só para o desenvolvimento infantil, como para o desenvolvimento cognitivo do ser humano, suas contribuições reforçam o lúdico no processo ensino-aprendizagem. Assim, Morais traz em seu artigo que:

Com base na teoria de Piaget (1976), o lúdico é de suma importância no processo de ensino-aprendizagem, como também no desenvolvimento cognitivo do ser humano. Jean Piaget priorizou o caráter construtivo, isto é, as construções realizadas pelo ser humano. O jogo passa a ser definido como próprio da infância e do universo da criança, independente até mesmo do funcionamento da inteligência. Nisso, trata-se de uma atividade importante para o desenvolvimento da infância sob o enfoque da teoria construtivista interacionista (PIAGET, 1976, apud MORAIS, 2016, p. 12).

Piaget e Vygotsky apresentam pontos de vistas diferentes, contudo, os dois autores demonstram por meio de suas teorias a pertinência do lúdico como ferramenta transformadora para o desenvolvimento humano. Ambos os autores nos revelam teorias que diferem um do outro, deste modo Morais diz que:

A ideia de transformação criadora de Vygotsky, diferente de Piaget, que trabalha a assimilação do real. Ambos falam numa transformação do real por exigência das necessidades da criança, mas, enquanto para Piaget a imaginação da criança não é mais do que atividade deturpada da realidade, para Vygotsky (1994), a criança cria (desenvolve o) comportamento combinatorio a partir do que conhece, das oportunidades do meio e em função das suas necessidades e preferências. (MORAIS, 2016, p. 13).

Vygotsky (1987) alega que desde o nosso nascimento a criança vai se desenvolvendo por meio da mediação de outro adulto, quando bebê não tem total domínio de suas atividades e vai desenvolvendo ao longo de seu crescimento, porém não tem discernimento sobre tal mediação e nem do papel exercido de ambas as partes.

Diante da visão de Vygotsky, percebe-se o quanto o lúdico se faz essencial no desenvolvimento social e cognitivo da criança, trata-se de uma construção do ser humano pautado no relacionamento, por meio de grupos sociais, que vai além do desenvolvimento biológico. Assim, por meio do brincar destaca-se mais uma vez a importância que o lúdico ocupa no desenvolvimento humano; brincando, a criança compreende seu espaço, se inventa e reinventa, socializa e se constrói de todas as maneiras possíveis, favorecendo assim o papel do professor, utilizando da melhor maneira os benefícios que esse recurso oferece, o lúdico se faz assim de alta importância para a educação.

De acordo com as teorias de Vygotsky (1987), o objeto utilizado pela criança ao brincar o permite fazer distinção do que é real e do que não é, servindo como um impulsionador para que a criança no futuro distingue as situações e realidades concretas. Nessa linha de pensamento o brincar está atrelado às limitações que fazem parte das situações que se acometem nos primeiros anos da criança e até a

compreensão do adulto, segundo Patrícia Amorim Morais (2016) essa associação pode futuramente ser desvinculadas em situações reais. Sendo assim Morais ainda diz que:

Vygotsky (1987) afirma que se trata de um mundo ilusório e imaginário no qual a criança sempre acha que seu desejo é realizável. A criança aprende a agir com o brinquedo numa esfera cognitiva em vez de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos. (MORAIS, 2016, p. 14).

Deste modo, para Vygotsky o brincar tem alta representatividade na vida da criança até sua vida adulta, pois é no brincar onde ela pode ser a autora de uma diversidade imaginária extraordinária, é brincando que a criança consegue absorver valores que talvez não fossem possíveis nas atividades cotidianas da vida, nesses momentos onde o lúdico se faz presente, a criança, segundo Vygotsky é capaz de diferir o real e o concreto, e que durante períodos de imaginação a criança consegue aprender sobre seu comportamento diante do que essa situação representa. A criança ao brincar com um brinquedo ou similar, o utiliza de diversas formas, independente do que seja, ela sempre vai readaptar para sua brincadeira, vai usar seu imaginário para dar outro sentido a aquele objeto. A criança não possui maturidade suficiente para uma percepção visual.

Por conseguinte, Henri Wallon, trouxe grandes aprendizados que colaboraram com o que se sabe hoje sobre o desenvolvimento dos fenômenos psíquicos das crianças, para isso esse grandioso autor remete a palavra infância ao termo lúdico, trazendo concepções onde o brincar é de extrema importância nesse processo de desenvolvimento infantil e se faz necessário desde os primeiros momentos da infância.

Segundo Morais (2016), a ludicidade e a afetividade se fazem gloriosas na formação da pessoa, assim:

No processo de desenvolvimento da criança, a brincadeira e o jogo são fundamentais porque trabalham as interações sociais, que é um dos fatores mais importantes para a formação da personalidade. E para isso, a afetividade é um dos fenômenos que também se inclui no processo. Associada à motricidade que pode ser impulsionada pela atividade, devido ao movimento que as crianças fazem ao jogar e brincar, é passo importante para se deflagrar o desenvolvimento psicológico. O movimento e suas aquisições acabam se definindo como a primeira comunicação, conhecido como diálogo tônico com o meio. Nesse aspecto, torna-se primordial como ferramenta para o desenvolvimento da linguagem (WALLON, 2007, apud MORAIS, 2016, p. 14).

Essa relação que o lúdico agrega entre brincar e desenvolver, permite entender o conceito de Wallon ao considerar o conceito de infância com o lúdico e a importância de se promover o quanto antes esses momentos de brincadeiras na vida das crianças.

A despreensão e originalidade que as crianças demonstram ao realizar atividades lúdicas, permitem ver com clareza o quanto a alegria presente no ser criança, se faz presente, nesse ato de interação, a criança usa e abusa de seus movimentos, apesar disso não ser exclusivo apenas aos pequenos, funciona como promotora de socialização, exalando descobertas, novas habilidades e

competências, desencadeando também as emoções, nos mostrando que o desenvolvimento humano vai muito além de apenas adquirir conhecimento. Em conjunto, a afetividade, as emoções, o movimento e a formação do eu, desenvolvem a comunicação.

Para Henri Wallon (2007) a brincadeira não é apenas um momento de diversão, pode-se dizer que para ele é a maneira em que a criança vive, o modo em como ver e sente o mundo ao seu redor, e apesar de o adulto considerar os jogos e as demais brincadeiras de pouca importância, Wallon abrilhanta que pensar dessa forma é um erro, pois é nítido que o desenvolvimento onde há a participação do lúdico nos leva ao caminho do sucesso quanto a formação da criança.

Assim, fica evidente que Piaget, Vygotsky e Wallon, trazem em suas teorias a importância da abordagem do lúdico no desenvolvimento da criança, sobretudo quando se fala em desenvolvimento infantil, as brincadeiras e tudo que se relaciona ao lúdico foi citado como elemento necessário para que ocorra um aprendizado profícuo e motivador da imaginação, para isso, é preciso dedicação por parte do professor, esse que tem em suas mãos uma ferramenta magnífica, mas que precisa fazer uso de diversas metodologias para que essa seja de grande prazer para ambas as partes, enriquecendo assim o ensino em sala de aula.

3 AFETIVIDADE, LUDICIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Piaget, Vygotsky e Wallon, o ser humano é essencialmente social, e se desenvolve no convívio com os outros e com o meio no qual está inserido. Desde recém-nascido já recebe influências de sua família, que é seu primeiro grupo social, de onde vem seus valores culturais, e primeiras aprendizagens. A escola é seu primeiro contato social depois do convívio familiar, é o local onde a criança começa a ter a percepção de cidadania, autonomia e pertencimento. A instituição escolar é, portanto, fundamental para a formação do ser social, que futuramente irá interferir na sociedade, de forma positiva ou não, por isso, a escola não pode ser lugar de exclusão ou de julgamentos, atribuindo valor ao aluno que cumpre facilmente seu papel e rotulando aquele que apresenta dificuldades, e que não aprende como a maioria. O papel da afetividade e do lúdico é abordar variadas formas para que todas as crianças consigam construir seu conhecimento, tendo como base o respeito às diversas culturas que formam uma sala de aula, o professor capacitado sabe que a criança não chega vazia na escola, ela tem uma história e uma formação cultural a ser considerada.

A Educação Infantil é coisa séria, nessa fase são concretizadas as bases que irão refletir por toda vida. Educar no atual contexto não é simplesmente gerar mão de obra ou repetidores de senso comum, é mediar a construção do conhecimento de forma que a criança se entenda como um ser único e completo, que está inserido em uma sociedade, e sabe conviver de forma ativa, buscando seu bem-estar, sendo capaz de se expressar, conviver harmonicamente, respeitando espaço e a cosmovisão do outro. Para alcançar esses objetivos a afetividade e o lúdico são grandes aliados do professor.

O psicólogo Lev Vygotsky trouxe maior entendimento e valor a respeito da mediação do professor, como forma de impulsionar a aprendizagem. Em seu artigo a Especialista em Psicopedagogia,

Mestre em Educação, Doutora em Psicologia da Educação e Professora da Universidade Federal de Uberlândia, do curso de Pedagogia, Maria Irene Miranda, traz que:

O benefício da interferência de outrem, no entanto, não é homogêneo. Isso significa que duas crianças não aprendem da mesma forma, já que a repercussão da mediação é distinta, conforme a história prévia de cada uma. Vygotsky defende a ideia de reconstrução e reelaboração de significados, ou seja, a criança reconstrói aqueles que lhes são transmitidos pelo grupo cultural. Essa constante recriação da cultura é a base do processo histórico, sempre em movimento. É a partir desses princípios que Vygotsky apresenta uma definição para *zona de desenvolvimento próximo*: a trajetória a ser percorrida para que as funções que estão em processo de “vir-a-ser” se tornem funções consolidadas no nível de desenvolvimento real. Sendo assim, a ZDP se refere ao desenvolvimento em processo, que está por se consolidar. Para tanto, a participação do outro mais experiente é fundamental, pois resulta no desenvolvimento de formas culturalmente apropriadas⁵. Pode-se afirmar, portanto, que o processo de desenvolvimento passa por transformações constantes, permeadas pela qualidade da mediação; daí o papel fundamental da interação social na construção das funções psicológicas humanas. Para Rey (2000, p. 136) “cada nueva situación social que el sujeto enfrenta se convierte en una via de desarrollo para nuevas formaciones psicológicas.” (MIRANDA, 2005, p. 12 e 13).

Jean Piaget foi um importante biólogo, e suas pesquisas vêm sendo difundidas e estudadas desde sua criação, pois traz grandes contribuições para o estudo do desenvolvimento humano, no livro *Psicologia da EDUCAÇÃO II*, da Universidade do Estado de Santa Catarina, no capítulo 2, escrito por Giseli Renata Gouvêa e Maria da Glória Silva e Silva, as autoras apontam que:

REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

Jean Piaget foi um biólogo que realizou importantes estudos em Psicologia, preocupado com o desenvolvimento da inteligência e com a construção do conhecimento humano. O pesquisador utilizou conceitos da Biologia para explicar as transformações que acontecem na estrutura cognitiva, como adaptação, organização, assimilação e acomodação. A descrição dos estágios do desenvolvimento cognitivo, denominados sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal, foram uma grande contribuição de Jean Piaget. Conceitos como egocentrismo, jogo simbólico, conservação de quantidades, reversibilidade, entre outros, foram desenvolvidos pelo pesquisador para explicar as transformações que acontecem na capacidade humana de conhecer. O construtivismo piagetiano é a expressão da Epistemologia Genética de Jean Piaget na educação. Piaget não é nem inatista e nem ambientalista, mas tem uma abordagem construtivista do desenvolvimento e da aprendizagem (GOUVEIA; SILVA, 2011, p. 74).

No artigo Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon, de Abigail Alvarenga Mahoney e Laurinda Ramalho de Almeida, para a revista *Psicologia da Educação*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520, busca apontar os principais conceitos da teoria de Wallon acerca da afetividade, para que se tenha uma compreensão a respeito de sua importância no processo ensino – aprendizagem, através de uma boa integração do aluno com o meio e com os campos funcionais. As autoras listam pontos relevantes, que

ao serem clareados, contribuem para que o professor alcance seus objetivos e obtenha sucesso no desenvolvimento integral do educando. No texto há a discussão da afetividade como um conjunto, composto de emoções, sentimentos e paixão, e do seu papel nos diferentes estágios de desenvolvimento. No final é mostrado um quadro contendo as particularidades dos estágios. Nesse sentido as autoras apontam que:

O processo ensino-aprendizagem é o recurso fundamental do professor: sua compreensão, e o papel da afetividade nesse processo, é um elemento importante para aumentar a sua eficácia, bem como para a elaboração de programas de formação de professores. No pólo *ensino* temos um professor que, para atingir seus objetivos, deve ter clareza de alguns pontos: * que confiar na capacidade do aluno é fundamental para que o mesmo aprenda; *que, ao ensinar, está promovendo o desenvolvimento do aluno e o seu próprio; *que, ao desempenhar todas as suas tarefas no cotidiano escolar, revela diferentes saberes (conhecimento específico de sua área e de como comunicá-la aos alunos, habilidades de relacionamento interpessoal, conteúdos da cultura) que são, no dizer de Tardif (2000, 2002), temporais, plurais e heterogêneos; esses saberes são construídos no tempo, na socialização familiar, escolar, profissional, numa integração cognitiva-afetiva (conhecimentos, concepções, crenças, valores); *que as emoções e os sentimentos podem variar de intensidade, em função dos contextos, mas estão presentes em todos os momentos da vida, interferindo de alguma maneira em nossas atividades. No pólo *aprendizagem* temos um aluno que: *busca a escola com motivações diferentes; *tem características próprias, conforme o seu momento de desenvolvimento; *tem saberes elaborados nas suas condições de existência; *funciona de forma integrada: dimensões afetiva-cognitiva-motora imbricadas. O grande desafio do professor, que teve uma formação na qual sua integração não foi levada em conta, é enxergar seu aluno em sua totalidade e concretude. (MAHONEY; ALMEIDA, 2005, p. 12).

A Base Nacional Curricular Comum é um documento que define o que toda criança precisa aprender, seja em escola pública ou particular, o documento é único para todo Brasil, e sem dúvida é uma grande conquista para Educação, mas infelizmente a realidade ainda dista bastante do ideal de educação de qualidade expresso nos documentos norteadores. A BNCC expressa o seguinte:

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)²⁹, em seu Artigo 4º, definem a criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, normatiza que a educação infantil é tão e tão importante como qualquer outra etapa da Educação, quanto a isso a BNCC relata que:

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal. Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos. Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200928, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade foi incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica. (BNCC, 2017, p. 31 e 32)

A Educação Infantil é um momento de grandes desenvolvimentos, onde a criança se expressa através das brincadeiras e do contato e interação com o outro, momentos de ludicidade que servirão de alicerce para as próximas etapas educacionais.

O brincar tem a característica de ser um grande potencializador de interação e conseqüentemente de desenvolvimento completo das crianças, não sendo apenas momentos de lazer e recreação, é no brincar onde observamos a capacidade de resolução de conflitos, a demonstração de sentimentos, bem como manifestações de afeto, onde a imaginação abre portas para um universo de experiências, que os capacitarão a atuarem como seres ativos na construção seu próprio desenvolvimento e conhecimento. Segundo as DCNEI, através do brincar, em ambientes convidativos as crianças são expostas a diversas situações onde aprendem a lidar com conflitos, pensando no eu e no outro, assim como expressa o seguinte fragmento da BNCC:

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC seis **direitos de aprendizagem e desenvolvimento** asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BNCC, 2017, p. 37).

O ato de ir para a creche ou pré-escola, significa para a maioria das crianças a separação dos laços afetivos da família, sendo muito importante o “compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família” para o desenvolvimento das crianças. Sobre isso a BNCC esclarece que:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar—especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BNCC, 2017, p. 36).

Na Educação Infantil aprendizagem se dá através de experimentações e movimentos, por isso o professor precisa agir como mediador, proporcionando situações para que ocorram essas experiências que resultam em aprendizagens. Toda ação precisa ser pensada e acompanhada, tendo sempre afetividade e ludicidade como requisitos de planejamento, com atividades diversificadas e prazerosas, voltadas para o universo das crianças, promovendo empatia, respeito e valores que abordam a inclusão.

3.1 Afetividade e a Inclusão no Meio Escolar

A discussão em torno do assunto inclusão escolar não pode ser restringida apenas às diversas deficiências existentes, é preciso que o aluno seja entendido e aceito conforme suas particularidades, favorecendo o respeito e a empatia que a inclusão transcende, mostrando assim a necessidade da afetividade como fator importante na educação inclusiva.

De Matos (2008), traz em seu artigo “A Afetividade como Fator de Inclusão Escolar”, diz que as variáveis afetivas tiveram destaque a partir do surgimento dos PCNs onde houve uma preocupação com as emoções, considerando a ansiedade como fator de danos a aprendizagem, tornando os princípios afetivos tão importantes quanto aos cognitivos, onde os alunos que se sentem excluídos têm a oportunidade de se sentirem incluídos. Dá-se aí a necessidade de que o professor tenha um olhar mais atento quanto aos seus alunos, buscando favorecer um ensino com possibilidades acolhedoras, onde o aluno frustrado consiga sentir o desejo e conseqüentemente sinta prazer em aprender.

A afetividade tem papel construtivo, pois forma autoestima, respeito e empatia, por isso a importância da relação entre professor e aluno, onde essa cumplicidade permite que ambas as partes construam conhecimentos esses que colaboram para que haja uma mudança na realidade dos alunos, promovendo inclusão.

Estamos cotidianamente expostos a mudanças que ocorrem no mundo todo, essas que refletem dentro das salas de aulas, onde se faz necessário que a escola esteja preparada e disposta a trabalhar as diferenças, transmitindo a igualdade e a inclusão, de modo que o aluno se sinta amparado pelo professor, tornando a afetividade um fator de grande potencial para a inclusão escolar, não somente de alunos com necessidades especiais, mas alunos com particularidades únicas, considerando toda e qualquer diferença considerando não somente o cognitivo, mas as emoções e o afeto. Assim De Matos (2008), diz em relação aos direitos a inclusão que:

A educação inclusiva foi tratada, pela primeira vez, na Declaração de Salamanca em 1994, em que afirmava que: “todas as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou outras”. O que significa ter deficiência ou não, o importante é a permanência na escola. No Brasil, a Constituição de 1988, em seu artigo 208, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. A LDBEN 9394/96, no capítulo V referente à educação especial, define-a como “a modalidade de educação escolar, oferecida para educandos portadores de necessidades especiais”. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001, definem as normas a serem seguidas pelo sistema de ensino para a educação inclusiva. Todas essas leis são destinadas preferencialmente para portadores de necessidades especiais, relegando a inclusão dos excluídos pelo sistema educativo. (DE MATOS, 2008, p. 3)

A declaração de Salamanca (1994), trata todas as crianças de maneira igual, respeitando todas as suas singularidades, oferecendo meios que possibilitem a permanência da criança na escola, respeitando as diversidades, a afetividade gera laços que se agregam a valores trazidos pela cultura de cada criança. Pensando nos alunos que estão excluídos da escola, De Matos diz:

A educação inclusiva constitui-se sob a ótica da teoria sócio-construtivista do desenvolvimento de Vygotsky, a qual defende a idéia de que o educando, para construir seu conhecimento, necessita de interações sociais apropriadas, o que envolve a afetividade. Vygotsky (apud TAILLE, DANTAS e OLIVEIRA, 1992, p.76) afirma que o pensamento “tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção. Nesta esfera, estaria a razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva”. Assim sendo, a afetividade é extremamente importante para a inclusão escolar. Para Gotti (1998), a inclusão escolar não tem, somente, a finalidade de incluir os educandos com problemas físicos, mentais ou com características de superdotação, mas precisa incluir, também, o aluno “normal”, que é privado de estar em um ambiente escolar, que não tem acesso às escolas por uma cadeia de questões sociais, econômicas e culturais. (DE MATOS, 2008, p. 3).

Para que aconteça uma inclusão real, muito ainda há a se fazer, mudanças precisam ser feitas, é preciso compromisso, responsabilidade e uma entrega maior por ambas as partes, onde através do afeto professor e aluno estejam conectados e ligados, favorecendo uma maior percepção quanto às adversidades e dificuldades existentes. Assim, é notável que a afetividade funciona como uma atividade empática, onde há a oportunidade de se pensar criticamente, de se refletir sobre as próprias atitudes, de ouvir e pensar em soluções, o professor tem a oportunidade de realizar um trabalho conjunto, onde oferece apoio ao aluno de modo a vencer barreiras e possíveis bloqueios, se colocando no lugar do outro o professor é capaz de devolver todo o sentimento que recebe e o que deseja ensinar de forma afetuosa e rumo ao sucesso.

3.2 Ludicidade como Alternativa para Inclusão no Contexto Escolar

A inserção do Lúdico como ferramenta na prática pedagógica do docente é algo imprescindível, que contribui grandemente com o desenvolvimento pleno do educando, uma vez que oferece variadas possibilidades de aprendizagens, através de métodos diversificados e atrativos, que levam a criança a aprender e explorar todo seu mundo, percebendo-se como parte importante no ambiente no qual está inserida. De acordo com esse ponto de vista, pode-se afirmar que ao sentir-se como parte importante e integrante do ambiente escolar, a criança tende a continuar no percurso educacional, tendo, portanto, sucesso no processo ensino-aprendizagem.

A prática pedagógica do professor, bem como as ações que ocorrem dentro da escola por parte de toda equipe escolar, são fortes promotoras de inclusão ou de exclusão escolar, pois refletem na formação do educando. Se as ações na escola e principalmente na sala de aula, são ações intencionais, planejadas, lúdicas e pautadas no respeito, no diálogo, pensando na criança como um ser completo, com potencialidade para se desenvolver, independentemente das dificuldades que surgem, da classe social, ou estereótipos, sem prejulgamentos ou rótulos, as chances de uma vida acadêmica de êxito são estrondosas, porém, se acontecer o oposto, a vida acadêmica tende a sucumbir, juntamente com muitos sonhos e esperanças. Por isso, é de extrema importância que o professor saiba qual é o seu papel, e se esforce para desempenhá-lo, agindo como mediador e promovendo atividades lúdicas e voltadas para o

universo infantil, respeitando a criança, que é o centro do processo ensino-aprendizagem e o seu desenvolvimento integral.

Maria Teresa Esteban em “Educação Popular: desafio à democratização da escola pública”, aponta que o fracasso escolar, principalmente nas escolas públicas e com maior incidência nas classes populares, é algo que vem se arrastando ao longo dos anos. Por inúmeros motivos, entre eles o despreparo do professor e falta de políticas públicas, dificultam a permanência das classes menos favorecidas no ambiente escolar. Se fazendo necessário urgentemente uma “efetiva democratização”, pois a democratização do acesso de todos à escola, não garante educação de qualidade a todos, revelando a ambiguidade igualdade/diferença na escola:

A diferença é uma questão central na problematização da escola pública, uma vez que esta reúne cotidianamente crianças classificadas, a partir de muitas categorias, como diferentes. Crianças que trazem as marcas do abandono social e individual experimentam permanentemente a instabilidade, são marcadas por golpes constantes e finalmente jogadas nos índices de fracasso escolar. Crianças que atravessam o cotidiano das escolas, que recebem as classes populares e, com suas diferenças, esgarçam as concepções idealizadas de infância, aprendizagem, ensino e escola. As diferenças de que estas crianças são portadoras fazem ver que a qualidade da escola se vincula ao desenvolvimento de práticas pedagógicas articuladas a outros processos de emancipação social. (Esteban, 2007, p. 13).

A escola que que enfatiza méritos e não valoriza as diferenças, tende a deixar muitos alunos pelo caminho, a autora fala também do quase igual, que deixa muitas crianças no “entre-lugar”, onde não se aprende, onde não há possibilidades, e há falta, há desqualificação, há exclusão. Onde o professor tradicionalista vê fracassados e incapazes, o professor capacitado e comprometido com a educação e com a igualdade de direitos, vê um mundo de possibilidades:

O reconhecimento da heterogeneidade, que caracteriza o cotidiano escolar como aspecto produtivo, evidencia a necessidade de se aprender a conviver democrática e solidariamente com as diferenças, tomando-as como aspectos indispensáveis ao permanente processo individual e coletivo de produção de conhecimentos. Parte desse movimento vincula-se à redefinição das práticas pedagógicas, predominantemente configuradas pela ideia de homogeneidade. Tal redefinição demanda profunda reflexão sobre os conhecimentos que temos, sobre as práticas que realizamos, sobre o modo como compreendemos os diferentes processos de aprendizagem que ocorrem com os estudantes que estão em nossas salas de aula, sobre o que consideramos conhecimento válido e sobre o que podemos perceber como manifestação de aprendizagem. É preciso refletir sobre o diálogo com o outro no cotidiano escolar. Mais do que isso, é preciso refletir para transformar o diálogo. (Esteban, 2007, p. 14 e 15)

O fragmento acima vem colaborar com a relevância de uma prática pedagógica planejada na ludicidade, com diversificadas possibilidades, com o intuito de agregar valor ao processo ensino-aprendizagem, compreendendo que uma sala de aula é formada por seres humanos que possuem uma cultura, e que não chegam vazios na escola, mas trazem consigo suas vivências e suas histórias, por isso

é notória a necessidade de se respeitar todas as diferenças, a fim de criar um ambiente de respeito mútuo, onde os educandos se sintam acolhidos e não excluídos. Na Educação Infantil, o professor precisa respeitar cada criança, fazendo com cada uma se sinta capaz, se sinta parte integrante e importante naquele meio social, que é a sala de aula. O lúdico na sala de aula torna o ambiente mais agradável, deixando as crianças a vontade para se expressar, socializar, imaginar, etc., pois através das brincadeiras as crianças aprendem e se desenvolvem, constroem suas bases e tomam gosto pela educação, pelos objetos de estudo, pela escola e pelo convívio social.

CONCLUSÃO

Conclui-se que na Educação infantil, a afetividade e o lúdico devem ser inseparáveis, pois o brincar desenvolve o corpo, a mente, a socialização, a coordenação motora e acima de tudo deixa qualquer criança feliz, construindo assim vínculos positivos. O profissional educador responsável por mediar e facilitar o processo ensino aprendizagem, para desempenhar seu papel com primazia e de forma adequada ao atual contexto educacional, precisa aprimorar seus conhecimentos acerca da criança e de seu desenvolvimento. Para colaborar com a aquisição desses saberes, há atualmente várias pesquisas sobre as contribuições do lúdico e da afetividade como meio para alavancar o desenvolvimento pleno dos educandos.

Vários autores têm se dedicado ao estudo acerca da afetividade e da ludicidade como algo intrínseco ao processo ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento infantil, à aquisição da inteligência e a construção da personalidade. A afetividade não pode ser desvinculada da sala de aula, o professor afetivo é apaixonado pelo que faz e faz tudo pensando na criança, e de forma afetiva articula a teoria e a prática, levando em consideração os sentimentos e emoções que fazem parte da constituição da pessoa, promovendo uma interação social harmoniosa, pautada no respeito, partilhando experiências, olhando atentamente e estimulando a formação de pessoas conscientes de seu papel social, capazes de contemplar o mundo de forma afetiva, sabendo respeitar as diversas visões de mundo e o ponto de vista do outro, sem contudo perder sua essência, sua cultura e história de vida; pessoas aptas a se expressar de maneira dialógica, e que se conhecem e sabem lidar com suas emoções. A formação do ser social, ativo, comunicativo, e sadio, tanto física como emocionalmente, começa na infância e reflete por toda vida.

A pesquisa confirma as hipóteses apresentadas, uma vez que a convivência diária do professor e do aluno em ambiente acolhedor, afetivo e lúdico, tem grande valia educacional e vários autores concordam que o ser humano é dotado de emoções e sentimentos, e que a ludicidade atrelada à prática pedagógica colabora com a construção do conhecimento. Parar para ouvir as crianças é ser afetivo, contar histórias também, brincar, cantar, se fantasiar, imaginar, ler um livro, dançar, respirar, pensar, estimular, experimentar... Ludicidade e afetividade de mãos dadas no caminho da construção da pessoa completa, construção essa, que se inicia na Educação Infantil e se estende por toda existência humana. Conhecer e prosseguir em conhecer as crianças, respeitá-las, dialogar com elas, ensinar de várias formas, e inúmeras vezes, mediando a construção do conhecimento com entusiasmo e empatia, com práticas pedagógicas intencionais, planejadas e apropriadas, capazes de promover uma educação onde o educando seja o responsável pela construção do seu próprio conhecimento, que haja com autonomia e leve isso para a vida.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Lilian Meire Leite Vieira. OLIVEIRA, Adrielle Alves. POLITOWSKI, Nágila. ROSA, Flávia Moraes. SANTOS, Roberta Pegorari Bonfim dos. SILVA, Elias do Nascimento **A importância da afetividade e sua influência na aprendizagem**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000112, 19/09/2017. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/importancia-da-afetividade-e-sua-influencia-na-aprendizagem> Acessado em: 02/11/2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017

_____. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf

DE MATTOS, Sandra Maria Nascimento. **A afetividade como fator de inclusão escolar**. Revista Teias, [S.l.], v. 9, n. 18, p. 10 pgs., jan. 2009. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24043>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DOURADO, Ione Collado Pacheco; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **Henri Wallon: psicologia e educação**. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, n. 5, p. 23-31, aug. 2012. ISSN 2316-3852. Disponível em: <http://fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/110>. Acesso em: 13 may 2020. doi: <https://doi.org/10.22287/ag.v0i5.110>.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação popular: desafio à democratização da escola pública**. Cad. CEDES, Campinas, v. 27, n. 71, p. 9-17, Apr. 2007. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000100002&lng=en&nrm=iso. access on 16 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000100002>.

GOUVÊA, Giseli Renata; SILVA, Maria da Glória Silva e. **Psicologia na educação II: caderno pedagógico** / Giseli Renata Gouvêa (org.), Maria da Glória Silva e Silva, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes; design instrucional Daniela Viviani – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade nas práticas pedagógicas**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 355-368, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2012000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2012.2-06>.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520, [S.l.], n. 20, jun. 2019. ISSN 2175-3520. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43324/28804>>. Acesso em: 24 maio 2020.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. Psicologia da educação, São Paulo, n. 20, p. 11-30, jun.

2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 nov. 2020.

MORAIS, Patrícia de Amorim. **Jogos e brincadeiras na escola da Educação Infantil**: as visões de Piaget, Vygotsky e Wallon. 2016. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia a Distância), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, ML., org. **(Im)pertinências da educação**: o trabalho educativo em pesquisa [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 193 p. ISBN 978-85-7983-022-8. Available from SciELO Books. <http://books.scielo.org/id/vtzip/pdf/oliveira-9788579830228-04.pdf>

PEREIRA, Cacia Linhares. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: contribuições para os estudos de linguagem. *Psicol. estud.* Maringá, v. 17, n. 2, p. 277-286, junho de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200011&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 de junho de 2020.

TAILLE, Yves de La. OLIVEIRA, Marta Khol de. DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigotski e Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão – São Paulo: Summus, 2019.

ZAVARONI, Dione de Medeiros Lula; VIANA, Terezinha de Camargo; CELES, Luiz Augusto Monnerat. **A constituição do infantil na obra de Freud**. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 12, n. 1, p. 65-70, Apr. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2007000100008&lng=en&nrm=iso> Access on 02 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100008>.

REEDUC
REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

Enviado em: 19/02/2021.

Aceito em: 09/03/2021.